

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARANÁ
TESTE SELETIVO – ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO
GABINETE DES.^a ASTRID MARANHÃO DE CARVALHO RUTHES

Nome: _____

Assinatura: _____

Esta prova integra o processo seletivo para o preenchimento de vaga de estágio de pós-graduação em Direito no gabinete da Desembargadora Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes; e é composta de 6 (seis) questões objetivas, cuja resposta deve ser transcrita na tabela abaixo, sendo cada uma valorada com 10 (dez) pontos no caso de resposta correta; e 2 (duas) questões discursivas, que deverão ser respondidas dentro do limite de linhas, sendo cada uma valorada com até 20 (vinte) pontos. O tempo para realização da prova é de uma hora e meia, sem prorrogações. Não é permitida consulta a qualquer tipo de material.

RESPOSTAS					
1	2	3	4	5	6
B	D	C	A	C	D

QUESTÃO 1. Sobre o recurso de **apelação** cível é **CORRETO** afirmar:

(A) dispensa a qualificação das partes, uma vez que essas já foram qualificadas ao longo do processo **ERRADO, Art. 1.010, I, CPC/2015.**

(B) se o apelado suscitar questões relativas ao conhecimento do recurso, o apelante deve ser intimado para se manifestar no prazo de quinze dias. **CORRETO, art. 1.009, §2º, CPC/2015**

(C) toda sentença imediatamente começa a produzir efeitos até que a apelação cível seja julgada. **ERRADO, art. 1.012, caput, CPC/2015.**

(D) o juízo que prolatar a sentença deve realizar o juízo de admissibilidade. **ERRADO, art.1.010, §3º, CPC/2015.**

QUESTÃO 2. Assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) o agravante deve, obrigatoriamente, juntar cópia do recurso de agravo de instrumento nos autos principais, conforme disposição do art. 1.018, *caput*, do Código de Processo Civil de 2015. **ERRADO, o agravante poderá juntar a cópia, conforme o artigo mencionado.**

(B) o agravo de instrumento deve ser protocolado necessariamente em via digital, dada a modernização do Poder Judiciário. **ERRADO, art. 1.017, §2º, CPC/2015**

(C) o agravo de instrumento será dirigido ao juízo que proferiu a decisão recorrida, por meio de petição com os seguintes requisitos os nomes das partes, a exposição do fato e do direito, as razões do pedido de reforma ou de invalidação da decisão e o próprio pedido e o nome e o endereço completo dos advogados constantes do processo. **ERRADO. Art. 1.016, caput, CPC/2015**

(D) a petição de agravo de instrumento será instruída obrigatoriamente, com cópias da petição inicial, da contestação, da petição que ensejou a decisão agravada, da própria decisão agravada, da certidão da respectiva intimação ou outro documento oficial que comprove a tempestividade e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado. **CORRETO. Art. 1.017, I, II, CPC/2015.**

QUESTÃO 3. Assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) as custas dos embargos de declaração são as mesmas do agravo de instrumento. **ERRADO, art. 1.023, caput, CPC/2015.**

(B) o agravo interno deverá, necessariamente, ser julgado pelo colegiado. **ERRADO, art. 1.021, §2º, CPC/2015, prevê que a retratação deve ser monocrática.**

(C) o rol de hipóteses de cabimento do Agravo de Instrumento consta no art. 1.015 do Código de Processo Civil e é exemplificativo. **CORRETO, o Superior Tribunal de Justiça assentou que o rol é meramente exemplificativo. Veja-se REsp 1.759.015, 1.821.793, 1.757.123, 1.729.110.**

(D) dado o efeito devolutivo pleno da apelação cível, todas as matérias debatidas no processo devem ser impugnadas. **ERRADO, art. 1.002, CPC/2015.**

QUESTÃO 4. Assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) a fase preliminar prevista no art. 17, §7º da Lei Federal n. 8.429/1992 é obrigatória. **CORRETO, sendo norma explícita processual e garantia de ampla defesa.**

(B) aquele que recebe para outra pessoa dinheiro a fim de fraudar a Administração Pública não responde por improbidade administrativa, apenas pelo crime de concussão. **ERRADO, art. 9º, I, Lei Federal n. 8.429/1992.**

(C) a suspensão dos direitos políticos prevista como pena na Lei Federal n. 8.429/1992 ocorre tão logo prolatada a sentença condenatória. **ERRADO, art. 20, caput, Lei Federal n. 8.429/1992.**

(D) a condenação em restituição ao erário de valores desviados em ato de improbidade administrativa não obriga a herança, caso o condenado faleça. **ERRADO, art. 8º, Lei Federal n. 8.429/1992.**

QUESTÃO 5. Assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) se a inconstitucionalidade for arguida em controle concentrado, o relator, após ouvir o Ministério Público e as partes, submeterá a questão à turma ou à câmara à qual competir o conhecimento do processo.

ERRADO. A disposição é aplicável ao controle difuso de constitucionalidade. Art. 948, CPC/2015

(B) no incidente de arguição de inconstitucionalidade não se admite a figura dos *amici curiae*.

ERRADO, art. 950, §3º, CPC/2015.

(C) embora o juízo singular no primeiro grau de jurisdição possa declarar a inconstitucionalidade incidental de norma e deixa-la de aplicar, o mesmo não ocorre no Tribunais. **CORRETO,** art. 97, CRFB/1988.

(D) no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná o Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade é julgado pela Seção Cível, se a norma for cível, e pela Seção Criminal, se a norma for criminal.

ERRADO, art. 270, *caput* do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

QUESTÃO 6. Assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) se a Ação Civil Pública não for proposta pelo Ministério Público, a atuação desse fica dispensada ante a evidente falta de interesse processual. **ERRADO,** art. 5º, §1º, Lei Federal n. 7.347/1985.

(B) a Ação Civil Pública poderá exigir apenas obrigação de fazer ou condenação em dinheiro, devendo outros pedidos ser formulados em ações pertinentes. **ERRADO,** art. 3º, Lei Federal n. 7.347/1985.

(C) a competência funcional para julgar Ação Civil Pública, prevista no art. 2º da Lei Federal n. 7.347/1985, é do juízo qualquer juízo que tomar conhecimento do dano, uma vez que a norma visa proteger o interesse coletivo. **ERRADO,** art. 2º, Lei Federal n. 7.347/1985.

(D) com base na regulamentação instituída pela Lei nº 7.347/85, os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial. **CORRETO,** art. 5º, §6º da Lei Federal n. 7.347/1985.

ATENÇÃO. As próximas duas questões são discursivas e não possuem resposta correta. Será avaliada a qualidade da redação e dos argumentos utilizados na defesa do ponto de vista do candidato e da candidata.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

[illegible]
